

MAIO A AGOSTO DE 2009

ANO 10 - Nº 35

PUCviva

WWW.APROPUCSP.ORG.BR

Publicação acadêmica e informativa quadrimestral dos professores da PUC-SP

mercantilização do

Ensino

e ensino a distância

ISSN 1806-3667

Mercantilização do ensino e ensino a distância

A Revista PUCViva dedica seu 35º número ao debate sobre duas questões centrais de um modelo de ensino privatista, aligeirado e massificado, de retração da qualidade do ensino, voltado aos interesses do grande capital: a mercantilização do ensino e o Ensino a Distância.

A expansão do ensino mercantil no Brasil data dos anos 70, do século XX, com o Acordo MEC-USAID, consagrado entre a ditadura militar e o imperialismo norte-americano. O caminho desenfreado da privatização do ensino no país é fruto, porém, dos ajustes macroeconômicos para a América Latina, a partir de 1989, com o Consenso de Washington, firmado pelo Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o governo norte-americano.

No Brasil, a reforma do ensino superior, desenvolvida nos dois governos Fernando Henrique Cardoso, e que teve sua continuidade nos dois governos de Lula da Silva, é parte de um conjunto de (contra) reformas de destruição do trabalho, das políticas sociais, entre elas, da educação, a partir do receituário neoliberal, parametrado pelos organismos internacionais para recuperar o capital em crise de acumulação. A lógica é a do favorecimento do ensino privado, deslocando recursos públicos para a esfera privada, por meio de isenção fiscal e incentivo financeiro, criando programas como o PROUNI – Programa Universidade para Todos –, para “salvar” as vagas remanescentes da escola privada. Está provado que, enquanto se mantém um(a) aluno(a) na escola privada, seria possível educar três alunos(as) em uma universidade pública.

A LDB – Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 –, sancionada no governo FHC, estabelece o estatuto de legalidade para uma universidade gerencial, operacional, em uma racionalidade instrumental voltada às exigências do mercado, formando uma força de trabalho necessária ao processo de reestruturação produtiva de flexibilização e precarização do trabalho e do ensino. Novas modalidades de cursos ampliam o caráter destrutivo do ensino, entre elas, os cursos sequenciais, os mestrados profissionalizantes, o PROUNI, o REUNI, as parcerias público-privado, a Universidade Aberta e o Ensino a Distância.

O Ensino a Distância, consubstanciado no Artigo 80 da LDB, estabelece que “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação do programa de Ensino a Distância, em todos os níveis de modalidade de ensino e de educação continuada”. O Ensino a Distância é uma das metas dos organismos internacionais para a massificação e certificação, sob a aparência de democratizar o acesso dos estudantes à educação nos países periféricos. É direcionado aos segmentos mais pauperizados da sociedade, criando a ilusão de um ensino de qualidade.

É sob esta lógica destrutiva na educação que nos deparamos com onze artigos e um manifesto que tratam: da ofensiva do capital contra os trabalhadores e pobres, na precarização e mercantilização do ensino, a partir dos interesses dos organismos internacionais; da introdução do Ensino a Distância na escola pública como a mais alta expressão da deformação no ensino; da transformação da educação como um todo em serviço, destituída de sua qualificação como direito; da Universidade Aberta do Brasil como expressão do Ensino a Distância, constituindo-se em uma das maiores ameaças à Educação Superior no Brasil; do ensino na educação básica, em que as condições de aprendizagem cada vez mais se voltam às classes dominantes e a uma parcela da classe média, mas se distanciam das camadas empobrecidas, o que amplia a desigualdade social e de classe; da expansão do Ensino a Distância nos cursos de Serviço Social, em defesa do ensino presencial na formação profissional; dos efeitos nefastos do Ensino a Distância na formação de professores e nas licenciaturas, notadamente nas áreas das Ciências Humanas, no Plano Bolonha, aprovado pelo Banco Mundial, cuja orientação é a de pulverizar e fragmentar a educação superior, e que tem no Brasil sua similitude na Universidade Nova; do Ensino a Distância, que desconsidera a pesquisa e a extensão, e se configura no caráter mercantil do ensino; na retrospectiva histórica da educação no Brasil e de seu caráter elitista e de classe.

Nos posicionamentos contra a mercantilização do ensino e do Ensino a Distância, expressam-se: a defesa do ensino público, laico, gratuito, universal e presencial, como uma bandeira democrática, portanto, para todos, pelo fim do vestibular; a luta das entidades da formação, exercício profissional e estudantil de Serviço Social, pelo ensino público, contra o Ensino a Distância, pelo manifesto de suas entidades; as lutas, mobilizações e greves estudantis na Europa aliadas aos trabalhadores contra o Plano Bolonha; a defesa da escola pública, que pressupõe a luta pela estatização de todo o sistema de ensino e a constituição de um sistema único, público, laico e gratuito para transformá-lo em uma nova escola científica, vinculada à produção social.

Agradecemos aos estudantes, educadores, pesquisadores e militantes da educação que colaboraram para que esta revista fosse viabilizada. Esperamos que a revista cumpra seu objetivo, e desejamos uma ótima leitura a todos.

**Associação dos Professores
da PUC-SP – APROPUC**

Diretoria

Presidente

Maria Beatriz Costa Abramides

Vice-presidente

Willis Santiago Guerra Filho

1ª Secretária

Priscilla Cornalbas

2ª Secretário

João Batista Teixeira

1ª Tesoureira

Victoria Claire Weichtordt

2ª Tesoureira

Rachel Pereira Balsalobre

Suplente

Sandra Gagliardi Sanchez

Comissão de Cultura

José Arbex Jr.

Maria Lúcia Silva Barroco

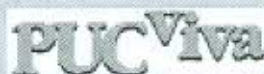
Comissão de Educação

Carlos Shimote

Wagner Wuo

Comissão Jurídica

Leonardo Massud



Conselho Editorial

**João B. Teixeira da Silva, Leonardo Massud,
Maria Beatriz Costa Abramides, Priscilla Cornalbas,
Sandra Gagliardi Sanchez, Victoria C. Weichtordt,
Wagner Wuo, Willis Guerra**

Editoria-Geral

Maria Beatriz Costa Abramides

Editor Executivo

Ricardo Melani (MTPS nº 26.740)

Preparação e Revisão - **Gabriel Kolyniak**

Editoração Eletrônica - **Mauro Teles**

Capa e ilustrações - **Ricardo Melani**

Fotos - **Agência Estado e www.sxc.hu**

Impressão - **Rettec Artes Gráficas**

Tiragem: 2.000 exemplares

Normas de publicação

A revista *PUCviva* é uma publicação quadrimestral da Associação dos Professores da PUC-SP – APROPUC.

A revista trata de temas da atualidade nacional e internacional, com a publicação de artigos informativos, acadêmicos e científicos.

A revista visa principalmente a divulgar as diferentes posições críticas e promover o debate sobre os temas abordados.

Os temas são aprovados pela diretoria da APROPUC e todos os artigos são submetidos à aprovação do Conselho Editorial.

Os artigos devem ter no máximo 15 mil caracteres, salvo nos casos de veiculação de documentos históricos. O Conselho Editorial poderá recusar a publicação de artigos que não atendam a especificação definida e os objetivos da revista.

Os artigos devem ser entregues nos prazos estabelecidos para cada edição, preferencialmente em versão eletrônica, com título, subtítulos, intertítulos e créditos.

A entrega de artigos para a revista pressupõe a cessão de direitos autorais para esta publicação.

Todas as propostas de artigos devem ser encaminhadas para a APROPUC, aos cuidados do Editor-Geral da revista.

A PROPUC

Associação dos Professores da PUC-SP

Rua Bartira, 407 – Perdizes

CEP 05009-000 - São Paulo – SP

Fone: (11) 3872-2685 - apropuc@uol.com.br

sumário

- 6 **Ensino a distância, organismos internacionais e mercantilização da educação superior**
Kátia Lima
- 13 **Ensino a distância: exorcência do capitalismo**
Erson Martins de Oliveira
- 21 **Ensino a distância e Universidade Aberta do Brasil: mitos a serem desfeitos**
Lighia B. Horodynski-Matsushigue
- 31 **Educação a distância: uma alternativa de qualidade?**
Alda Luíza Carlini e Maria Teresa Meirelles Leite
- 36 **A EaD na Educação Básica**
Douglas Ferreira de Paula
- 41 **Serviço Social e Ensino a distância (EaD): análise da expansão**
Ana Cristina Borges Pimenta
- 47 **Uma educação de muito (e também de pouco) valor: como (não) formar professores no Brasil**
Nataniél Dal Moro
- 55 **Ensino a distância, um desafio à formação de assistentes sociais**
Talita Tecedor
- 61 **E o que nós ganhamos?**
Felipe Campos
- 65 **A educação como instrumento de desenvolvimento e seus descaminhos rendidos ao imperialismo burguês**
Rafael M. Limongelli
- 68 **Ensino a distância: o desenvolvimento da educação ou uma nova forma de segregação social ao ensino superior?**
Valério Paiva
- 72 **Carta Aberta aos Estudantes e Trabalhadores dos Cursos de Graduação a Distância em Serviço Social no Brasil**
CFESS, CRESS, ABEPSS e ENESSO



ENSINO A DISTÂNCIA, ORGANISMOS INTERNACIONAIS E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

KÁTIA LIMA

O ensino a distância vem se configurando, ao longo da década de 1990 e no início do novo século, como uma das principais políticas dos organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), sob a aparência de ampliação do acesso à educação nos países periféricos. Uma análise cuidadosa, entretanto, demonstra que, em primeiro lugar, essa política não trata da educação (ainda que utilize o termo), mas de um ensino massificado, concebido como transmissão de informações, treinamento, instrução e capacitação, absolutamente desarticulado da pesquisa e da produção de conhecimento. No mesmo sentido, o

ensino a distância, pela forma e conteúdo que apresenta, constitui-se em mais uma estratégia de mercantilização da educação, configurando-a como um promissor “mercado educacional”, principalmente para os empresários estadunidenses e europeus (Lima, 2006, 2007).

Se nas instituições de ensino superior (IES) privadas a massificação e a mercantilização encontram intenso ponto de articulação, nas IES públicas, ainda que parte significativa dos cursos a distância não seja paga, está presente a mesma lógica de massificação do ensino e de certificação em larga escala, norteadora das políticas dos organismos internacionais e do setor de “serviços educacionais”. Cabe, entretanto, destacar que a liberalização dos serviços educacionais é uma política

dos organismos internacionais, materializada nas ações dos vários governos dos países periféricos nos anos de neoliberalismo. Não se trata, portanto, de algo imposto de fora para dentro ou de uma pretensa autonomia dos empresários do setor educacional, mas de políticas governamentais estabelecidas em parceria com os organismos internacionais, visando à lucratividade de empresários locais ou internacionais.

Essa lógica mercantilizadora está presente na política do Banco Mundial (BM) para os países da periferia do capitalismo, e será explicitada num documento intitulado *O ensino superior: as lições derivadas da experiência* (Banco Mundial, 1994), no qual é apresentado um conjunto de estratégias para a reformulação da educação superior na América Latina, na Ásia e no Caribe. Em todas essas estratégias, o ensino superior a distância aparece como elemento central das políticas do Banco para as regiões anteriormente citadas.

A diversificação das instituições e dos cursos constitui-se em uma estratégia central dessa política, com o pressuposto de que a existência de universidades públicas, de IES privadas e, preferencialmente, não universitárias, incluindo os cursos de curta duração e a distância, atenderia de forma mais eficiente às demandas do “mercado de trabalho”, leia-se, do capital. A oferta desses cursos está relacionada ao perfil dos alunos. São cursos direcionados para os trabalhadores e os filhos dos trabalhadores da periferia do capitalismo, pois “a educação a distância pode ser eficaz para aumentar, a um custo moderado, o acesso dos grupos desfavorecidos, que, geralmente, estão deficientemente representados entre os estudantes universitários” (Banco Mundial, 1994, p. 36, tradução nossa).

A diversificação das fontes de financiamento apresenta-se como uma segunda importante estratégia. Para tanto, o BM defende a necessidade de cobrança de mensalidades, denominadas de “investimentos” para os estudantes; o corte de verbas públicas para as atividades “não relacionadas com a educação” (alojamento estudantil, segurança e alimentação); o estabelecimento de parcerias público-privadas para financiamento e oferta de cursos; a utilização de verbas privadas advindas de doações de empresas e das associações dos ex-alunos, e a venda de cursos de curta duração e a distância.

Esse debate foi ampliado com a realização da Conferência Mundial sobre a Educação Superior, organizada pela UNESCO em outubro de 1998. Os documentos que orientam os debates na Conferência Mundial estão estruturados em vários eixos temáticos, como o estímulo à transferência de tecnologia e uso das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) por meio do ensino a distância/EaD (UNESCO, 1998). Dois textos que subsidiaram a Conferência são emblemáticos

...políticas governamentais ...visando à lucratividade de empresários locais ou internacionais.

na análise do uso das TIC, reduzido, para a periferia do capitalismo, ao EaD: “Do tradicional ao virtual: as novas tecnologias da informação” e “Aprendizagem aberta e a distância: perspectivas e considerações sobre políticas educacionais”. Ambos defendem a utilização das TIC para os “países do Sul” por meio do ensino a distância e do estímulo à criação de universidades virtuais. O primeiro texto (Oilo, 1999) faz referência à noção de “industrialização do ensino”, nos marcos da internacionalização da educação, identificando o EaD como um promissor componente da “indústria global”. O segundo documento apresenta a noção de “cooperação” como articulação de ações, por intermédio de parcerias entre governos, setor privado e organizações internacionais, como as agências da ONU e o Banco Mundial, que deverão

[...] encorajar modalidades de ensino menos caras (carreiras menos longas, mais objetivas, que recorram parcialmente a responsáveis por cursos profissionais remunerados por hora...), ensino a distância, obter apoio do mundo industrial e econômico, oferecer parceria com o mundo do trabalho [...] criar, onde for possível, associação de ex-alunos que assumam, de todo coração, a manutenção, direta e indireta, da instituição que os formou, a exemplo do que existe em alguns países (UNESCO, 1999, p. 168-169, grifo nosso).

